ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

ATA Nº 06

PRESIDENTE - DEPUTADO ELIZEU NASCIMENTO

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Senhoras e senhores, boa tarde!

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida por mim, com o objetivo de debater ações eficazes no combate ao consumo e tráfico de drogas e seus transtornos no Centro Histórico de Cuiabá.

Convido para compor a mesa de honra os Excelentíssimos senhores: Coronel Leovaldo Sales, Secretário Municipal de Ordem Pública, representando o Prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro; Dr. Nestor Fernandes Fidelis, Presidente da Comissão de Política Sobre Drogas, neste ato representando o Presidente da OAB, Dr. Leonardo Campos; Nelson Soares Júnior, Presidente da CDL de Cuiabá; Major Corrêa Júnior, Subcomandante do 1º Batalhão da Polícia Militar; Tenente PM, Comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar, neste ato representando o Comando Regional da Polícia Militar, Coronel Rodrigues; Tenente-Coronel Darwin Salgado, Coordenador Estadual do Programa de Educação de Repressão das Drogas; 1º Tenente PM Moessa, Comandante da Primeira Companhia Militar do Centro do 1º Batalhão; Gerson Luiz Lintzimayer, Presidente do Conselho de Segurança da Região Central Porto CONSEG; Alonso Alcântara Moura, Presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas do Centro-Oeste. (PALMAS)

Composta a mesa, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Senhoras e senhores.

Estamos nesta Audiência Pública requerida por mim, por solicitação dos comerciantes, representantes da CDL e do Centro Histórico, que nos procuraram junto ao gabinete para que pudéssemos tratar desse assunto, que é um assunto de grande relevância, essa questão da problemática que temos ali em relação à segurança pública no Centro Histórico, que engloba várias situações, situações que acabam aumentando muito mais o número de crimes devido à grande quantidade de pessoas que se tornam dependentes químicos, usuários de drogas lícitas e ilícitas que vivem às margens do Morro da Luz, às margens da conhecida Ilha da Banana, da Igreja do Rosário, do Beco do Candeeiro, sem deixar de citar também a Orla do Porto, as ruas do bairro Pedregal, onde existem quantas pessoas dependentes, vagando diuturnamente, passando da vida de seres humanos para verdadeiros ditos androides.

É uma situação caótica e acabam acontecendo os pequenos furtos, os roubos, chegando até ao latrocínio, que é o roubo seguido de morte, muitas vezes de comerciantes, muitas

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

vezes de transeuntes, a exemplo de jovens que estudam nas escolas naquelas proximidades, como é o caso da escola pública estadual Presidente Médici do bairro Araés, da Escola Técnica.

Viemos com esse tema há algum tempo, inclusive com uma lei sancionada em nível municipal, de minha autoria mesmo, que foi criada justamente quanto à questão levantada, devido também a essa problemática das proximidades do Morro da Luz.

Então, pensando em ampliar a política de segurança pública voltada ao Centro Histórico, tomamos essa iniciativa, logicamente impulsionados por comerciantes e por moradores do Centro Histórico para:

Com fulcro no art. 443 e seguintes do Regimento Interno desta Casa De Leis, requeiro à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano Plenário, que determine a convocação da audiência pública a ser realizada dia 21 de março, às 15h, no auditório Deputado Milton Figueiredo, nesta Casa de Leis, para debater ações eficazes no combate ao consumo e tráfico de drogas e seus transtornos no Centro Histórico de Cuiabá.

Justificativa:

Considerando que a saúde é direito de todos os munícipes nos termos do art. 6ª da Constituição Federal de 88: "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

No mesmo diapasão, o art. 217 da Constituição Estadual:

Considerando os arts. 164, 165, 166 e os incisos do art. 167, as ações de saúde, no âmbito do Município, se requererão por um modelo assistencial que contempla as ações promocionais preventivas e curativas, integradas por meio de uma rede assistencial composta pelos níveis básico, geral, especializado e de internação, conforme a complexidade do quadro epidemiológico local, nos princípios da Lei Orgânica do Município de Cuiabá.

Considerando que, no ranking violência brasileira, Cuiabá aparece em 14º lugar, com taxa média de 34,7 mortes provocadas por arma de fogo, em 2014, a cada 100 mil habitantes. Cuiabá ainda fica acima da média nacional, que é de 30,3. No ano de 2004, a Capital de Mato Grosso aparecia em 9º lugar, com taxa de 32,4 mortes a cada 100 mil habitantes, ou seja, a cada dia a violência urbana vem aumentando na cidade de Cuiabá. Em um relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, 75% dos jovens infratores no Brasil são usuários de drogas.

Hoje, em Cuiabá, se estende com um problema de consumo e tráfico há anos na nossa cidade, mais especificamente no Centro Histórico de Cuiabá, localizado na Avenida Prainha, Tenente Coronel Duarte, como o polo onde se concentra maior índice de consumo de drogas na Capital.

Esta Audiência estabelece uma diretriz de discussão com vários segmentos, em que possamos convidar entidades de apoio ao combate de consumo e uso, diretores do CAPS, centro responsável por tratar dependentes químicos na mesma cidade. Prontificamos a discutir sobre esse assunto tão importante e num local também tão significativo para a população cuiabana, para a nossa história e o nosso uso.

Requeremos a Mesa Diretora essa importante Audiência para a nossa cidade e, certo de vosso atendimento, agradecemos."

Então, essa foi a justificativa pela qual buscamos essa Audiência Púbica e ainda complementando que, hoje, nós temos aqui policiais militares, que compõem a mesa, que já realizam esse trabalho, o preventivo, que é o caso do PROERD, que nós temos aqui representado

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

pelo Tenente Coronel Darwin; o ostensivo, que é aqueles que fazem ali as rondas diuturnamente no Centro Histórico e em outras partes do nosso Município de Cuiabá.

E temos ainda aqui também o nosso companheiro, o irmão em farda, que foi meu comandante, orgulhosamente, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso como Comandante-Geral; e comandante também meu ali na Polícia Rodoviária Estadual, que é o meu companheiro Coronel Sales, que tem o conhecimento da causa aqui em diversas; e também temos aqui Nestor Fidelis, hoje representando a OAB, e que também tem um conhecimento vasto diante de toda essa situação, pessoas gabaritadas no conhecimento técnico e também no conhecimento prático.

Servi a gloriosa Polícia Militar por 18 anos. Rondas diuturnamente, manhã, tarde, noite, madrugada, frio, sol, calor, fome, sede, diversidades que nós, policiais militares, atravessamos durante o nosso período de trabalho, na nossa escala de serviço.

E nos deparamos com tantas situações, por muitas vezes de um pequeno furto; às vezes, um desentendimento que acontece em várias partes não só de Cuiabá, mas de todo o Estado de Mato Grosso. Muitas vezes, a maioria das ocorrências geradas é justamente pelo consumo de drogas, e a área central é uma área vulnerável a isso, até porque ali a facilidade do contato com a droga é muito grande. Não pela ineficiência da Polícia Militar e dos órgãos que buscam fazer o combate, mas sim pela quantidade de transeuntes que por ali transitam.

O Morro da Luz é um espaço grande, hoje nós poderíamos ter ali um investimento público para melhorar aquele espaço, como foi em outras ocasiões. Nós temos ainda ali a famosa Ilha da Banana, que ficou, já em outra ocasião política, já até iniciada a demolição, e acabou demolindo partes dela e permanecendo ali entulhos e outras paredes de pé. Inclusive com desapropriação de muitos moradores que nem de ali gostariam de sair, porque nasceram e muitos criaram seus filhos e seus netos ali dentro. E a vulnerabilidade desse contato com a droga ali é muito grande.

A droga acaba, também, ampliando a criminalidade, o aumento da estatística negativa referente a furtos e roubos, e até homicídios, e também latrocínios. Assim sendo, nós providenciamos esta Audiência Pública não para dar um veredicto ou colocar a culpa em a, b, ou c, mas que possamos discutir esse tema de grande relevância e que possamos juntos, os Poderes Executivo Municipal, Executivo Estadual, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal de Cuiabá, OAB e outras entidades como Ministério Público e vários outros Poderes, buscar um caminho para que possamos reduzir essa estatística negativa que acontece por ora no Centro Histórico de Cuiabá; mas, com certeza, será um parâmetro muito positivo para que aumentemos essa política de combate às drogas, de combate à criminalidade no Centro Histórico, e assim poderemos levar melhores dias e paz ao cidadão cuiabano e também ao cidadão mato-grossense e brasileiro que por ali transitam.

Senhoras e senhores, nós temos uma lei aprovada, no âmbito municipal, e nós gostaríamos muito de ver essa lei sendo executada. E convido as autoridades para que, após esta Audiência, possamos provocar um diálogo, um diálogo saudável, junto ao Município, junto ao Prefeito da cidade dos 300 anos, Prefeito Emanuel Pinheiro, Secretaria de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, e também, logicamente, com a presença do Estado, que não pode jamais se omitir diante de um fato tão relevante quanto esse na sua Capital Histórica, para que possamos colocar em prática, e que esse Centro de Tratamento venha, realmente, sair do papel e que possa dar condições de atender as famílias.

E muitas vezes, com a internação voluntária, involuntária, e até mesmo a compulsória, que é o caso de pessoas que já não falam por si, mas sempre respeitando o direito de ir e vir de cada um, buscando, logicamente, com o amparo da medicina, o amparo médico, o amparo

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

dessas comissões de saúde, dentro de um Centro de Tratamento Municipal, com a devida autorização judicial.

Não somos uma cópia de um projeto que foi implantado no município de São Paulo, onde o Prefeito tomou a decisão de sair recolhendo, ferindo a Constituição Federal, ferindo o direito de ir e vir do cidadão, por mais que ele esteja numa situação deplorável, numa situação em que muitas vezes ele já não tem o controle emocional, psicossocial de responder pelas suas atitudes.

Respeitando a Constituição, nós, nessa lei, nesse projeto que se tornou lei, respeitamos todas essas partes, que é a questão médica, a questão psicológica, psiquiátrica, e também a questão referente à Justiça, que é o único Poder que pode dar a internação compulsória a uma pessoa que necessita da internação, mas nós temos que respeitar os seus direitos de ir e vir.

Irei falar um pouco dessa lei, que é a Lei nº 6.186, de 30 de junho de 2017: "Vida nova" - "institui a política municipal de internação voluntária, involuntária e compulsória de dependentes químicos, a criação de unidade municipal de atendimento psicossocial e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá faz saber que, decorrido o prazo legal, conforme parágrafo 1º e 8º do artigo 29, da lei orgânica do Município de Cuiabá, promulga a seguinte lei:

Artigo 1°: Fica assegurada a internação voluntária ou involuntária de dependentes químicos, por requerimento familiar, pais ou tutores, cônjuge ou companheiro, na unidade hospitalar devidamente autorizada por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso nos moldes do artigo 8°, da Lei 10.216/2001.

§ 1º Quando o pedido de internação for feito por familiar, o requerimento deve ser administrativo e apresentado diretamente no estabelecimento de internação ou no Centro de Regulação do Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 2º Não há necessidade de intervenção judicial ou do Ministério Público para que haja internação involuntária."

Logicamente, seria solicitada pela família.

"O estabelecimento hospitalar deverá comunicar a internação involuntária ao Ministério Público, em 72 horas, nos termos do § 1º do art. 8º da lei 10.216/2001."

Ou seja, a involuntária, ela teria a dispensa da solicitação e autorização do Ministério Público e do Judiciário, mas de certa forma, o Ministério Público e o próprio Judiciário devem ser comunicados em um devido período de tempo para que assim haja algumas vezes intervenção ou veto do próprio sistema judiciário em caso de uma internação involuntária, e que isso possa ser revisto em um prazo no máximo de 24 horas.

O art. 2º O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento nos moldes do parágrafo 2º, do art. 8º, da lei 10.216/2001.

Parágrafo único Na impossibilidade de acolhimento imediato, o serviço de atenção psicossocial será realizado pelo Centro de Atenção Psicossocial, CAPS, na medida de sua especificidade, nos termos da Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, do Ministério da Saúde, de forma transitória, até o surgimento de vaga na Unidade Municipal de Atendimento Psicossocial.

Art. 3º Quando o paciente colocar em risco a integridade física da equipe psicossocial, cabe à unidade de acolhimento solicitar internação compulsória.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

- § 1º Uma vez autorizada a internação compulsória, cabe ao Sistema Único de Saúde (SUS) providenciar a entrada do paciente na unidade acolhedora, o que será feito com a atuação dos agentes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).
- § 2º A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários, nos parâmetros do Art. 9º, da Lei nº 10.216/2001.
- Art. 4º A Câmara Municipal de Cuiabá deverá fazer indicação na proposta orçamentária do ano de 2018 LOA (Lei Orçamentária Anual), buscando assegurar recursos para a criação do Centro de Atendimento Psicossocial nos mesmos parâmetros dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS III) para o Município de Cuiabá, conforme preleciona o Art. 106 da Lei Orgânica do Município.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Cuiabá.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, em 30 de junho de 2017.

Vereador Justino Malheiros

Presidente."

Ou seja, nós temos hoje, senhoras e senhores, uma lei que... Logicamente, que nós entendemos as necessidades e dificuldades financeiras do município, mas como não foi estabelecida essa questão no ano de 2018, que nós possamos no ano de 2019 fazer com que esse trabalho seja realizado. Nós temos inclusive um diálogo com o Prefeito, citei a ele as condições de um albergue que temos na estrada da Guia e que possamos, inclusive, fazer com que aquele espaço possa ser utilizado de forma mais viável, que seja esse Centro de Tratamento com 60 leitos. Além de tudo isso, poderíamos, lógico, após a superlotação, que eu acredito, uma lotação que acontece num curto espaço de tempo, devido à grande demanda do município, do Estado, teríamos ainda as clínicas terapêuticas privadas que executam um excelente trabalho, como é o próprio exemplo da clínica Paraíso, na estrada do manso. O nosso companheiro Alonso, trabalha ali dentro com pessoas, muitas vezes, até de forma gratuita.

Já fiz indicação e pedido de companheirismo, quanto à internação de pessoas que nos procuram, de famílias de baixa renda que não tem condições de pagar uma internação em um centro de tratamento, no valor de 1.500 reais.

Esse convênio pode vir a acontecer, logicamente, após esse centro de tratamento municipal estar em devido funcionamento, e com a casa cheia, não faltaria espaço, não faltariam pacientes para poder internar em outros locais.

As parcerias público-privadas que podem muito bem funcionar... como temos aí a própria Assembleia de Deus, que tem a tenda de Abraão, temos outras, como a região do Pedra 90, que faz esse acolhimento de pessoas, muitas das vezes, de forma gratuita e vivem de doações. Parcerias podem acontecer.

Quando nós criamos esse projeto de lei, que foi um projeto trabalhado com pessoas que tem problema ou que já tiveram problema, com pessoas de dentro do próprio judiciário nos orientando, a forma com que trabalhássemos a construção de um projeto de lei, e também psicólogos que contribuíram conosco para que esse projeto de lei fosse elaborado com tanta responsabilidade que foi feito. E assim sendo, o centro histórico ele passa por esse projeto, até porque a problemática maior, nós vivenciamos ali no centro histórico.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

Hoje, nós temos um centro de tratamento voltado a esta mesma responsabilidade, que é o caso da Unidade Três, que funciona aqui, meu companheiro Nestor, ao lado do Detran, que nós temos um grande juiz que já salvou inúmeras, dezenas e centenas de vidas, de pessoas com problemas de drogas, que foram encaminhadas a internação, a pedido da família, ou a pedido judicial, por meio dessa pessoa, que eu costumo dizer que é um anjo da guarda dentro do judiciário, o Dr. Mário Kono, o qual eu tenho o maior respeito e carinho por esse ser humano, que visa muito à parte da restauração da família por meio de encaminhamentos de pessoas com dependências químicas, adictos, para a Unidade Três, mediante a ordem judicial. E também, muitas das vezes, é feita a parceria com alcoólicos anônimos, narcóticos anônimos e outros, quando o estado da pessoa não está avançado.

Às vezes, quando um acidente de trânsito é provocado por uma pessoa embriagada e, muitas das vezes, não havendo a necessidade de manda-la para um sistema socioeducativo, para ser presa e colocada ali dentro, ao lado de pessoas de alta periculosidade, de criminosos, poderia simplesmente, caso o estado seja avançado, uma internação na Unidade Três. Poderia também, fazer o encaminhamento à participação dos grupos de autoajuda, como é o caso de narcóticos anônimos e alcoólicos anônimos.

E eu tenho certeza, com o conhecimento de causa pessoal, que funciona, funciona! Grupos de autoajuda? Funcionam. Internação? Funciona.

E nós temos que ter o compromisso como políticos, como representantes da sociedade, como defensores da causa e da família, buscarmos mecanismos, para que nós possamos fazer uma força tarefa e buscar a redução da criminalidade no centro histórico de Cuiabá e automaticamente, estaremos fazendo em muitas outras partes do município. Sem dizer na economia espiritual, na economia humana, na economia financeira, na economia geral de uma família que possa ter a sua família restaurada com alguém que estava vagando pelas ruas, esperando os noticiários de estar morto, ou de estar dentro de um sistema de presídio.

São com essas falas, senhores e senhores, que eu encerro a minha fala, referente a essa situação. Não vim aqui para atirar pedras no executivo municipal, nem no estadual, em ninguém.

Eu venho aqui de alma pura e lavada, com o coração aberto à população cuiabana, sabendo que essa não é uma causa de um homem só, essa é uma causa de todos nós, de todos os homens e mulheres que representam o município e o Estado (PALMAS).

Agradecer também a presença da Srª Fernanda Borralho, Assessora, neste ato representando o Deputado João Batista, nossa companheira; o Sr. Sérgio Barbiere, assessor Parlamentar do Deputado Valmir Moretto; Dr. Pedro Verão, conselheiro dos Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas Sobre Drogas; dos comerciantes do centro histórico; dos moradores do centro histórico; da imprensa local, *TV Assembleia*, *Rádio Assembleia*.

Então, é mais ou menos isso, senhores, o que nós temos a relatar um pouco do nosso conhecimento, um pouco da nossa batalha, da nossa luta. Caso haja interesse de alguém da plateia em interpelar sobre o assunto, os palestrantes poderão fazê-los com prévia inscrição junto ao cerimonial, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. O interpelado terá três minutos para a resposta.

Convido os ilustríssimos senhores palestrantes que disporão de dez minutos para as suas explanações, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

Convido para fazer uso da palavra, o nosso companheiro, meu irmão de farda, Coronel Leovaldo Sales, secretário municipal de ordem pública, nesse ato representando o nosso valoroso Prefeito Municipal de Cuiabá, Sr. Emanuel Pinheiro.

O SR. LEOVALDO SALES - Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar a mesa composta na pessoa do Deputado Estadual Elizeu Nascimento; cumprimentar todos aqui presentes.

Quero parabenizar a iniciativa do Deputado em convocar esta Audiência Pública para tratar de um assunto que interessa a todos nós, porquanto, todos nós, de uma forma ou de outra, estamos sendo vítimas de algo que vem, cada vez mais, crescendo a cada dia e todas as discussões anteriormente realizadas não tiveram nenhuma pauta propositiva. A prova disso é que estamos aqui, hoje.

E o Poder Público vem a esta Audiência Pública na esperança de que essa discussão se amplie, de que todos os atores responsáveis por essa problemática estejam presentes construindo caminhos alternativos para a solução ou, pelo menos, para buscarmos conhecer, objetivamente, qual é a dimensão desse problema.

Já dizia um teórico que a metade da solução de um problema está no conhecimento dele. A pergunta é: qual é o tamanho dessa população que a cada dia aumenta no Centro Histórico de Cuiabá? De onde esse pessoal vem? Qual a característica socioeconômica da origem, da gênese desse pessoal? Porque nós temos multiplicidade de caracteres que, hoje, povoam as ruas de Cuiabá. Nós temos doentes mentais, temos pessoas que por desajustes familiares estão nas ruas.

Eu acredito que o primeiro caminho nosso é saber o que nós queremos com essa Audiência Pública; qual o objetivo de estarmos aqui, olharmos e marcarmos outra, mas eu fico feliz, porque não sei qual é; não conheço a agenda do Deputado Elizeu Nascimento, mas acredito que como Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, escolhido nesta Casa, seja esse um dos primeiros temas que ele abrace.

E fica aqui o nosso reconhecimento, Deputado, porque o senhor abraça um problema que aflige a todos nós. Essa é uma situação que coloca esse Centro Histórico na pior estatística do Estado de Mato Grosso em relação à segurança pública. É o espaço mais vulnerável do Estado, em que pese todo esforço policial.

Mas eu digo que todos nós somos vítimas, porque qual é o sentimento de um profissional de segurança pública quando prende a mesma pessoa por 25 vezes e essa pessoa volta a frequentar o mesmo espaço onde estava? Qual é o sentimento de um empresário que pela décima sexta vez tem toda sua instalação elétrica furtada?

Então, Sr. Deputado, como pauta prioritária da sua Presidência, e aqui eu quero desejar dias profícuos à frente dessa Comissão a Vossa Excelência, quero disponibilizar, em nome do Prefeito Emanuel Pinheiro, todo instrumental, todo potencial que o Município tem para continuarmos a trabalhar, para continuarmos na tentativa de construir uma política pública voltada para esse tema, porque essas políticas públicas que estão sendo executadas, agora, fomentam a permanência do dependente químico nas ruas, apesar de serem ações meritórias de caridade: levar a comida até o indigente, cortar o cabelo dele lá onde ele está, levar o banho popular, de rua. Enfim, levar todas as condições de um convívio como se tivesse dentro de um lar é fazer a manutenção, é fazer o fomento e o estímulo para que essa pessoa permaneça na rua.

Então, eu penso que nós estamos diante de um desafio interessantíssimo que todos nós devemos abraçar. É com essa esperança que o Poder Público Municipal, repito, vem discutir com os senhores, de coração e de alma aberta para disponibilizar tudo o que o município tem para

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

caminharmos juntos na direção da solução ou, pelo menos, para trazer esse problema a uma situação tolerável.

Cuiabá, daqui a 18 dias completará 300 anos e vamos comemorar os 300 anos dentro de um ambiente de poluição visual, de risco iminente à saúde pública, de situação de indicadores de segurança pública elevadíssimo na área central. Então, é preciso que essa discussão crie densidade, chame para dentro todos os atores responsáveis, a partir da esfera federal. O combate ao narcotráfico tem dimensão federal. O contrabando e descaminho de mercadorias que são vendidas diariamente no centro histórico de Cuiabá, que não sabemos a procedência, tem uma responsabilidade federal, estadual e municipal.

Em nome do Prefeito Emanuel Pinheiro, eu quero parabenizá-lo, Deputado Elizeu Nascimento, pela iniciativa! Conte com o Município de Cuiabá, porque esse é um problema prioritário da gestão Emanuel Pinheiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Gostaria de convidar, para fazer uso da palavra, o Tenente-Coronel PM Gilcimar Mendes Correa, Comandante do 10º Batalhão, neste ato representando o 1º Comando Regional da Polícia Militar, Coronel Rodrigues.

O Tenente-Coronel Gilcimar foi que comandou, por muito tempo, aquela companhia da área central.

O SR. GILCIMAR MENDES CORREA – Boa tarde, senhores!

Eu tive o privilégio de elaborar, dos meus 20 anos de instituição policial militar, desde os meus últimos sete anos. Saí recentemente da região central, onde, enquanto organismo público, eu pude viver e conviver a angústia e a necessidade de segurança pública naquela região central, relacionado diretamente ao tema, em questão, que é o uso de entorpecentes.

Talvez, a maior confusão que podemos fazer aqui é ao falar a palavra segurança pública e entender somente como ato de polícia ou achar que prender pessoas seria alguma solução.

Nós temos um problema social - o Coronel Sales bem disse -, o nosso maior índice de ocorrências criminais concentra nas proximidades do Beco do Candeeiro e, por coincidência, temos ali, também, o maior problema social. Ou seja, não há lugar que tenha maior intensificação de ações policiais, maior presença do estado armado, prevenindo, reprimindo, e ainda assim percebemos uma constância ou um aumento nos índices de ocorrências, o que, concomitantemente, com o índice de problemas sociais de saúde pública na região nos leva a crer: ou estou atuando da forma errada ou não sou o único órgão com responsabilidade nos resultados daquele problema social.

Então, percebemos que naquele caso, mesmo com a presença de unidade policial, a intervenção na vida daquelas pessoas, segundo o IBGE, acima de 120 mil pessoas passam pelo centro e, de alguma forma, interagem com a população. E percebemos que a população de rua tem um índice alto de vício de álcool e drogas. Só que temos um problema, temos uma política voltada à população de rua na esfera federal, estadual não temos, foi vetada pelo Governo do Estado passado; temos uma política em vigência, uma política municipal, feita pelo Prefeito Emanoel Pinheiro. Talvez, o que precisamos seja dar praticidade às ações que possam, de fato, envolver todas as Secretarias com responsabilidade direta àquele problema.

Entretanto, nós percebemos que até o quadro funcional de determinadas Secretarias está inadequado àquele problema. Por exemplo, Cuiabá não tem uma vida noturna. Entretanto, os moradores de rua têm na região da rodoviária; região do centro; região do Porto; Praça da Mandioca. Mas, percebemos que os órgãos com responsabilidade só funcionam em horário de

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

expediente administrativo e dias úteis. Ou seja, aquela população que tem o direito de viver e permanecer na rua, porque isso é um direito, não é facultado ao município, ao Estado ou a qualquer agente público, de forma legal, retirar as pessoas, a força, em situação de rua, exceto nas condições legais de condução coercitiva para internação, quando determinado por uma autoridade judiciária. Ainda assim, percebemos uma resistência dos órgãos que os representam e, às vezes, até uma ausência da pressão ou da necessidade de se conversar com a sociedade, porque essa população flutuante do centro não fala pelo centro.

Faz-se necessário que os comerciantes, que vivem e permanecem ali, e os poucos moradores que vivem ali possam se fazer representar pelos órgãos de segurança pública e aqueles que não são de segurança pública, mas, afetam diretamente.

Então, percebemos que a falta de assistencialismo afeta diretamente num problema criminal.

Eu acabei de fazer um artigo científico, onde o meu tema foi: A população de rua e suas implicações para as ocorrências de roubo e furto na região central e do centro histórico e na cessação de segurança pública.

Eu acredito, senhores, que ao entrevistar as pessoas e, principalmente, comerciantes, os resultados são mais estarrecedores do que aquilo que o Estado registra, tendo em vista o que chamamos de cifras negras, ou seja, o número de ocorrências registradas não condiz com a realidade.

Então, estamos falando que temos o pior índice de ocorrência naquela região criminal, e ainda assim é só um percentual em torno de 32% que são registrados pelos comerciantes ou pessoas, talvez, por um descrédito por não querer aumentar o seu prejuízo; pela dificuldade, porque o Estado também precisa facilitar o atendimento de ocorrências e nós não temos uma delegacia específica para atendimento na região central. Temos, sim, Delegacia, no Centro, de Homicídio e Proteção à Pessoa, mas não com responsabilidade sobre determinada circunscrição da forma como está a Polícia Militar organizada, cuja responsabilidade sobre aquela região no policiamento é da primeira companhia.

Então, percebemos que a falta de assistencialismo implica, porque se o indivíduo quer comer, ele vai pedir; vai furtar; vai tomar à força; vai-se valer dos meios dele. Da mesma forma, ele faz para utilização da sua substância alcoólica ou drogas.

Nós percebemos que o ambiente do centro é favorável: as casas abandonadas; o tombamento histórico implica; a falta de iluminação, o lixo. Nós temos praças públicas, temos ruas... A Av. Getúlio Vargas é um ponto de acúmulo de lixo e a população de rua, também, vale-se disso.

Estou falando dessa situação, porque todas elas têm relação com entorpecente em sua grande maioria, só que percebemos que o ambiente é propício, a conduta do comércio, a conduta das pessoas tornam aquele ambiente propício.

Os espaços públicos ou privados, a exemplo do Morro da Luz, que é uma área de preservação permanente, que poderia ter um uso racional para a comunidade, hoje é uma área de acúmulo de lixo e de acúmulo de pessoas que vivem numa situação degradante, que ocupam aquele espaço e valem-se da escuridão.

Então, hoje percebemos que a própria Polícia Militar tem dificuldade de dar segurança pública a um usuário no ponto de ônibus do Morro da Luz, tendo em vista aquela presença de moradores de rua entre o Beco do Candeeiro e o Morro da luz, que passou a ser um local de referência. Durante a minha pesquisa, consegui contabilizar em torno de cento e cinquenta.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

Entretanto, ao passar recentemente naquela região de madrugada, estando de plantão nesses últimos eventos, carnaval, percebi que a população que fotografei; a população que entrevistei; a população que contei, não era mais aquela. Ou seja, nós temos uma migração de uma região para outra e temos um aumento da população de rua pelos diversos fatores, dentre eles o próprio desemprego ou parte dos nossos 13 milhões de brasileiros desempregados, desagregação familiar, homossexualismo, prostituição.

E nós precisamos como sugestão, Deputado, a legislação - e aí cabe aos senhores facilitarem as mudanças de critérios... A exemplo do Porto, do Centro, do Morro da Luz, que são áreas vulneráveis, precisamos saber se tem legislação que uma atividade comercial para que ali se instale, respeite critérios específicos e seja levado em consideração, principalmente, um parecer técnico dos órgãos de segurança pública.

Nós fizemos o levantamento junto aos moradores e comerciantes, acompanhados pela Defensoria Pública, sobre as nossas cinco regiões de problemas: Ilha da Banana, Morro da Luz, Beco do Candeeiro, Mercado Municipal, Praça da Mandioca, Praça Maria Taquara e a Região da Praça do Porto e seu entorno. Exatamente, os locais onde eu tenho um problema de gestão, um problema social. Tenho, por consequência, um problema de segurança pública, onde aquela população é vítima, sim, só que ela também provoca outras vítimas.

Então, percebemos que eles se matam, há uma disputa de território, eles acabam cometendo crimes a pessoas comuns em grande quantidade e essas pessoas sequer registram a ocorrência.

Então, nós percebemos que hoje, talvez entre 20h e 06h da manhã, o único órgão ativo nessa região, onde está o patrimônio do comerciante, seja a Polícia Militar. Como eu tenho uma presença de moradores de rua que perambulam e um percentual com constância prática de delito, a ferramenta policial do militar e suas consequências não se aplicam àquela população, tendo em vista as políticas públicas e as suas condições sociais.

Nós temos uma falha, Sr. Deputado, em nosso boletim de ocorrência, uma vez que eu não registro as condições sociais de um indivíduo no meu boletim.

Hoje todos os senhores presentes têm ciência do problema, entretanto, se eu fizer uma pesquisa no banco de dados quantas ocorrências criminais de roubo ou furto, ou quaisquer que sejam, foram cometidas pela população em situação de rua, o resultado seria zero. Uma vez que esses dados não são abastecidos, logo, eles não podem ser extraídos.

Quanto à identificação da população de rua, o quantitativo da população de rua, os seus problemas físicos ou psíquicos hoje não temos um banco de dados preciso, mesmo que desatualizado, para que o Estado ou o município possam implementar e dar praticidade a essas políticas públicas já implementadas.

Então, eu sei que isso requer um custo, mas, Sr. Deputado, nós precisamos talvez, tecnicamente, e aí digo psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e agentes de saúde, fazer um levantamento.

Nós estamos discutindo um problema que sequer o conhecemos.

Nós sabemos as consequências, os locais onde eles estão, temos uma impressão, entretanto, não temos dados técnicos para que eu diga: eu tenho esse perfil de população, eu tenho essa necessidade, as alternativas legais são essas, isso a legislação precisa mudar.

Então, primeiro, precisamos levantar os dados, porque nós não temos levantamento físico, qualitativo ou quantitativo. Percebemos que essa é a primeira necessidade.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

A mudança das legislações para atividades de comércio, para facilitação do usuário, seja comerciante ou morador, para que possamos melhorar aquele ambiente, porque nós percebemos hoje que o ambiente é propício, a legislação dificulta a retirada e a própria assistência daquela população e nós percebemos que somente a presença repressiva ou preventiva do Estado armado acaba gerando um desgaste institucional, uma reprovação por grande parte da população e da própria imprensa especulativa e os resultados também não são satisfatórios.

Nós percebemos a gravidade.

Acho interessante... A Polícia Militar pode ser parceira, mas percebemos que ela não tem eficácia ou efetividade quando há o combate das ocorrências das pessoas que estão relacionadas a entorpecentes.

E, senhores, já foi dito pelo Juiz Marcos Faleiros, responsável por audiência de custódia, que ocorrências de pequenos roubos, pequenos furtos ou relacionados a pequenos tráficos não são tipificações que vai deixar uma pessoa enclausurada. Então, pensar, falar, expressar ou querer que se retirem pessoas do Centro não é possível legalmente. Que elas fiquem presas? Legalmente não é possível.

Então, a minha sugestão é que possamos assistir aquelas pessoas nos ambientes em que elas têm o direito de permanecer de forma que garantamos uma coexistência pacífica entre a população de rua e o restante da população, de forma que o Estado, o município, possa se fazer presente, assim como já faz a polícia militar diuturnamente.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) — Obrigado Tenente Coronel Gilcemar, pela explanação.

Convidamos agora a fazer uso da palavra o Dr. Nestor Fidelis, Presidente da Comissão de Políticas sobre drogas da OAB, neste ato representando o Presidente da OAB, Dr. Leonardo Campos. (PALMAS)

O SR. NESTOR FIDELIS – Excelentíssimo Sr. Deputado Elizeu Nascimento, Exmº senhor e meu amigo Coronel Sales, neste ato representando o Município de Cuiabá, em nome de quem cumprimento todos os demais membros da mesa.

Senhoras e senhores, jovens, servidores da Assembleia Legislativa, muita paz a todos, que Deus nos abençoe!

Quero iniciar cumprimentando Vossa Excelência por esta iniciativa.

Ninguém quer falar desse assunto. Droga é o último assunto que as pessoas querem falar.

Pensam os políticos que droga não dá voto, como se nenhum de nós fôssemos alcançados pela droga diretamente todos os dias em nossas vidas, o que é uma grande ilusão.

Quem tem visão social, quem tem a sensibilidade que Vossa Excelência está demonstrando aqui, trazendo-nos um tema muito importante, infelizmente é exceção ainda.

Mas ainda é muito importante que haja essa exceção, sem a qual nós estaríamos totalmente perdidos, mais do que já estamos, com relação ao enfrentamento desta questão, que são as políticas sobre drogas.

Venho aqui em nome do Presidente da OAB, meu amigo Dr. Leonardo Campos, trazer a nossa solidariedade, informar que a OAB é parceira da Assembleia Legislativa, do Deputado e de todos os atores desse cenário.

Ainda hoje pela manhã estivemos reunidos na OAB aqui de Mato Grosso para tratar do assunto repressão às drogas, aliás, prevenção às drogas.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

Dentro de todos os eixos da política nacional e estadual que tratam das drogas, decidimos, nós advogados, que vamos trabalhar essencialmente com prevenção, tratamento e repressão.

Essa questão das drogas não tem dono, o que vemos como um grande problema, porque são várias pessoas agindo ao mesmo tempo e muitas das vezes na mesma área, de forma descontrolada, desordenada. Sendo assim, o problema só aumenta. É muito importante que trabalhemos em rede.

Existe uma Lei Estadual que cria o Sistema Estadual de Política sobre Drogas. Existe uma rede de enfrentamento as drogas que, assim como o Tenente Coronel Gilcimar, é estudado o assunto. Não foi da uma cabeça de uma pessoa. Polícias participaram, UFMT, UNEMAT, Assembleia Legislativa, Governo do Estado, participaram.

Em 2011 foi criada a Rede Estadual de Enfrentamento às Drogas de Mato Grosso, mas infelizmente está no papel.

É necessário que nos unamos para trabalhar esse assunto.

Seria muito bom, se não fosse necessário à existência de comunidades terapêuticas, mas o Estado não atende quem está passando pela necessidade de tratamento.

Não existe, infelizmente, um olhar que deveria ter com recursos financeiros destinados para tal. A saúde do Estado trabalho aos frangalhos. Por isso as comunidades terapêuticas fazem um trabalho hoje, e me perdoem quem é contra a comunidade terapêutica, mas fazem um trabalho de acolhimento para internação voluntária. Seria ideal se não fosse necessário, mas é necessário.

Nós estamos sempre aprendendo, não é Deputado?

Até hoje de manhã eu tinha a concepção segundo a qual a repressão às drogas é o trabalho típico, a repressão à violência, a repressão à insegurança, seria o trabalho típico das polícias e atividade de prevenção que a polícia realiza seria um trabalho atípico, algo a mais que estava fazendo. Até hoje pela manhã eu pensava dessa forma.

Nós vemos que a polícia tem os melhores programas de prevenção às drogas, a Polícia Judiciaria Civil tem três excelentes programas: o Rede Digital pela Paz, De Bem Com a Vida e De Cara Limpa Contra as Drogas. E a Polícia Militar tem o Rede Cidadã e o PROERD, exemplos para qualquer nível de ensino de prevenção.

Eu pensava: a polícia está fazendo um papel que nem é dela. Mas não é. Aprendi algumas coisas hoje. Aprendi agora há pouco com o Tenente-Coronel Gilcimar que nós não ficamos de costa para a plateia para ficar de frente para a bandeira durante o Hino Nacional.

Até hoje eu fazia isso. Eu já ia me virar e ele me alertou: "não precisa. A reverência é ao Hino e não à bandeira fisicamente falando.". Então, é vivendo e apreendendo.

Aprendi hoje de manhã também, Tenente-Coronel Rita, que a polícia tem, sim, a função típica de fazer prevenção às drogas, porque fazendo uma interpretação sistemática do art. nº 144 da Constituição da República, vamos verificar o seguinte... Vou até ler, peço licença aos senhores, eu vou ler o *caput* do art. 144, vejamos o que diz lá: "A segurança pública, dever do Estado...". Está bem claro de quem é o dever, Estado em sentido lato, não Estado membro da Federação, Estado entes estatais, "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.".

O que a Constituição está dizendo aqui? Essa política não tem dono, não tem um político, não tem um Deputado, não tem uma ONG, não tem uma entidade de classe, polícia, todos

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

somos responsáveis, se não trabalharmos juntos, unidos... A droga não bate na nossa porta, mas está dentro de casa.

Quem daqui não passou por dificuldades, seja diretamente ou indiretamente, com drogas. E quando saímos para as ruas, vamos para o Centro Histórico, é uma perdição; e na região da rodoviária, então, é necessário que trabalhemos de forma irmanada, unida.

Se alguém vai se utilizar disso de forma vaidosa, tirar algum proveito, não tem problema, o importante é que cada um de nós façamos o exercício de nos diminuir para que some todas as políticas, é um trabalho de João Batista, quando Jesus apareceu, "que eu possa diminuir para que ele possa aparecer". O importante é a causa, não é o dono, que não tem dono. Todos somos responsáveis.

Quero dizer, Deputado, que a OAB está de braços abertos, e temos a certeza que o senhor será muito procurado por nós, porque temos muitas necessidades na área da prevenção.

Faço a menção em homenagem ao nosso amigo Coronel Jacques, que está em vias de se aposentar, trabalhou com essa via do PROERD por muitos anos e hoje deixa nas mãos do Tenente Coronel Darwin, que é o novo parceiro que nós temos. Percebemos que é necessário trabalhar em conjunto numa conversa que tivemos com o Coronel Darwin.

Estive em Brasília ontem, conversei com os 03 Senadores, Senador Wellington Fagundes é quem já apresentou emenda orçamentária ao orçamento da União para o PROERD; o Senador Jayme Campos falou que é parceiro para as políticas em qualquer parte do Estado que for necessário, como tem procurado fazer sua esposa em Várzea Grande.

Ontem, conversando com a Senadora Selma Arruda sobre outro assunto, nós entramos no assunto de políticas sobre drogas, e eu falei para ela: olha, fui informado pelo Tenente Coronel Darwin que com 130, 140 mil reais, aproximadamente, todas as escolas municipais de Cuiabá podem ser atendidas pelo PROERD. Uma mixaria, uma miséria de 140 mil reais. Todas as escolas. Trabalhar com a prevenção, hoje, evita a droga no Centro Histórico, na Alvorada, na Rodoviária amanhã.

É mais barato economicamente, inclusive em termos de saúde pública. E ela imediatamente chamou uma assessora amiga nossa, Srª Olga Lustosa, "anota isso aqui, por favor, que o meu primeiro orçamento, a primeira emenda de orçamento da União vai para o PROERD de Mato Grosso", e pediu que fizéssemos o trabalho, junto com a Sargento Rita vamos fazer um projeto nesse sentido.

Então, as pessoas querem trabalhar, é preciso que trabalhemos irmanados, trabalhemos em conjunto. Hoje, a droga está no Centro Histórico, está no Porto; mas, há pouco tempo, quando representávamos em Mato Grosso o Programa Cracks é Possível Vencer, que trabalhava com Municípios de mais 200 mil habitantes, em Mato Grosso somente 03 Municípios: Rondonópolis, Várzea Grande e Cuiabá, época que conhecemos o nosso amigo Coronel Sales trabalhando no Lar Cristão, acolhendo usuários dependentes químicos... E nós conseguimos, naquela época, trazer para Mato Grosso, e fomos a Brasília receber pessoalmente, juntamente hoje, novamente, com o Secretário de Segurança Pública, Dr. Alexandre Bustamante, os kits de segurança: micro-ônibus, câmeras espalhadas pela cidade, segundo estudos da inteligência da CESP... E também foram treinados pela UFMT cerca de 140 profissionais, guardas municipais e policiais para fazer abordagem com pessoas de rua.

Mas, é necessário que nós não percamos isso para o tempo, isso não pode ficar no passado, isso é o dia a dia, mas a Polícia também não tem dinheiro, o recurso é pouco, o Estado está com dificuldade, o Estado está em situação de calamidade financeira. É necessário que façamos

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

todos os nossos esforços, unidos, para trazer recursos financeiros, porque ninguém faz política de drogas sem dinheiro.

Então, quero encerrar minha fala, fica tranquila! Quero encerrar a minha fala dizendo que estamos à disposição, mas pedindo desde agora que Vossa Excelência, que tem esse olhar de sensibilidade... Porque políticas sobre drogas em Mato Grosso, infelizmente, é a última que as pessoas querem trabalhar.

Vejamos, hoje, a política está na SESP, na Segurança Pública, que cuida de Polícia, cuida de Sistema Penitenciário, Sistema Socioeducativo, DETRAN e por último, o que sobrar, é política sobre drogas. Infelizmente é assim! Não há recursos para ser investidos.

Estamos num trabalho e conversando com a Superintendente que lida com essa área para destravar esse trabalho. Burocracia hoje não permite que o Fundo Estadual tenha conta movimentada para que o recurso seja aplicado em seu destino.

Deputado, parabéns pela iniciativa! Conte com a OAB, estamos para trabalhar como auxiliar de Vossa Excelência e de todos os parceiros que estão presentes. Parceiros naquilo que for e vamos cobrar também as autoridades aquilo que não está acontecendo a contento.

Conte conosco, que Jesus nos abençoe e muita paz! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) — Essas são palavras do nosso companheiro Nestor Fidelis, que tem um vasto conhecimento de causa, hoje representando muito bem essa instituição que é a Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, principalmente, na questão no que tange à questão das drogas.

E, enquanto estamos falando de drogas, de consumo de drogas do Centro Histórico e de outras regiões de Cuiabá, nós recebemos aqui uma notícia, por meio do Comandante do 10° Batalhão, que a equipe do 10° Batalhão está neste momento realizando apreensão de aproximadamente sete e meio tijolos de entorpecente aparentando ser maconha, ou seja, quase 7,5 quilos, aproximadamente, de maconha na área central.

Então, isso demonstra que essa Audiência Pública... Talvez não muito interessante por alguns, mas nós sabemos o real problema que é a droga, a equipe da Polícia Militar faz seu trabalho, desenvolve o seu trabalho, recolhe junto ao Sistema essas prisões. São esses tráficos que acabam chegando lá no Morro da Luz, no Beco do Candeeiro, porque essa droga em grande quantidade acaba sendo picada com os traficantes avulsos.

Está de parabéns a equipe do 10º Batalhão, está de parabéns o Coronel Gilcimar à frente desse nobre Batalhão e parabéns mesmo por essa apreensão de drogas aí, que hoje não terá aí a "fumacinha" do diabo em certos locais do centro.

Quero convidar agora o nosso companheiro Alonso Alcântara Moura, Presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas do Centro-Oeste, para fazer uso da palavra. (PALMAS)

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA – Que a paz esteja nesta Casa!

Deputado, quero cumprimentar a mesa em nome do Deputado Elizeu Nascimento.

É a primeira vez que eu venho numa Audiência Pública nesta Casa, eu posso falar que a pessoa que está comandando isso está falando com legitimidade. Vossa Excelência sabe do que está falando, porque até então nós, das comunidades terapêuticas, desistimos de vir às Audiências Públicas aqui, porque era um circo montado, colocavam-nos aqui, lotavam o plenário para bater palmas, e nós estamos vendo dignidade nisso aqui. E quando nós falamos de dignidade, nós estamos aqui como Presidente da Federação de Comunidades Terapêuticas, colocando à disposição as comunidades terapêuticas, que até agora ela foi marginalizada.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

Muitas pessoas falam aí que: "Ah, porque eu encontro dono de comunidade terapêutica carregando lixo de mercado." Não tem outra coisa para carregar. Não tem!

Quando eu trabalhava no mercado Catarinense, de pacoteiro, eu vinha da Cohab Velha, a pé, e trabalhava como lavador de carro, eu encontrava muito cachorro na rua; hoje eu encontro ser humano.

E aí quando nós, da comunidade terapêutica, procuramos as entidades estaduais, federais, municipais, infelizmente, elas nos taxam como grupo de marginal, campo de leprosos. Sabe por quê? Porque fazemos o acolhimento.

Dr. Fidelis, o senhor quer saber o número de moradores de rua? É muito pouco, é muito pouco!

O saudoso Cuiabá do passado, que tinha moradores de rua, acabou, nós temos que aceitar isso. Isso é uma verdade. Hoje, infelizmente, quem mora, quem está na rua é usuário de álcool e de drogas.

Eu só mexia com comunidade terapêutica, eu fui mais adiante para entender, eu vinha aqui nesse grupo, no paredão da rodoviária, eu vinha às 11 horas, meia-noite, uma hora da madrugada, vestia tudo rasgado, sentava no meio dos caras para entender como se trata um dependente químico. E aí eu tive dificuldade porque, infelizmente, a Defensoria Pública bate duro, bate duro quando fala que essas pessoas têm que ter direito de morar na rua. Tem gente que planta dificuldade para colher facilidade, para ser reconhecido, e é mentira que está morando aí...

Eu vou falar para o Coronel, porque ele ficou sete anos aí: é um trabalho árduo o da Polícia Militar. Às vezes, tem "nego" representando contra policiais. Eu inventei de pegar um albergue na Guia que estava fechado, que o Ministério Público fechou, não ajudou. Há muitos órgãos no Estado que estão procurando perseguir os outros e, infelizmente, eu bati uma carta de renúncia, dois anos depois, porque eu queria um relacionamento com a Prefeitura de Cuiabá na comunidade terapêutica Paraíso para ver se fazíamos uma parceria. Eu peguei o albergue da Guia, fizemos a TAP, associação nossa, viramos exemplo de albergue em Cuiabá.

Mas aí chega o Ministério Público e fala que tem ter CLT, se não tem isso, arruma outro, já inventaram de falar para mim que tem que ter saboneteira líquida.

Então, inventam um monte de textos... E essas pessoas que muitas vezes, a gente desce, hoje, em Cuiabá, e está uma cara; amanhã desce está outra; depois de amanhã desce é outra, porque o usuário de drogas e o alcoólatra, ele não é permanente, não é um cara que permanece na praça para sempre. "Ah! Mas esse cara está vindo de outro Estado". Não, é conversa, 15%, 20% do pessoal que está na rua vêm circulando de outro Estado, mas o restante é dos bairros de Cuiabá, é do Pedra 90, do Pedregal, que eu conheço bem, eu fui fundador do Pedregal, é do Centro América, é do Planalto, da Mangueira.

Esse pessoal circula, eles não aguentam muito tempo no uso da droga. Eles vão e depois retornam para casa, é o filho pródigo que a turma fala; filho pródigo só enxerga aquilo que quer ver. E ele vai até a situação que suporta na rua.

Então, Deputado, eu acho que tem que criar uma lei, não se acaba com ladrão se não combater o receptador. E não se acaba com traficante, e não se previne nada nesse mundo se você não cuidar do usuário, porque o usuário que faz o traficante permanecer vivo, é o usuário que faz produzir pessoas dentro da casa dele para o uso de drogas.

Eu já peguei avô, pai, filho, tudo usuário, e aí como você vai fazer prevenção, se você não trata do cara que está em uso?

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

Então, o CAPS AD... Está na hora - é o que o Dr. Fidelis falou aí - de darmos as mãos, olhar para as comunidades terapêuticas e não ver que é um grupo marginalizado, nós estamos lá de braços abertos. Recebemos... Diltinho, por exemplo, da Secretaria de Ação Social, na minha comunidade, eu tenho 18 hoje lá. E o município não me dá um pacote de sal.

Da vara criminal, da 2ª Vara do Dr. Geraldo Fidélis e Dr. Leonardo, existem também... Eles têm boas intenções para resolver isso, mas infelizmente fica individualizando o CAPS AD, a Secretaria de Saúde, entendeu? E não vai cuidar de ninguém, então, tem que participar.

No albergue, eu descobri que existe até um cartãozinho chamado "bolsa-noia", que é o cartão criado no outro Governo Federal, aí dão esse cartão para os meninos; os meninos vão para comunidade ou então vão para o albergue; quando chega a data de vencimento, o que acontece? Eles vão para rua.

Então, eu acho que o senhor tem que procurar o Doutor Mário Kono, Wagner Fachone, Marco Machado, Geraldo Fidélis e o Leonardo, que é o pessoal que está na Justiça a favor de eliminar esse problema de Mato Grosso.

Que Deus tenha misericórdia da minha alma! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Gostaria de convidar para fazer o uso da palavra o Sr. 1º Tenente Moessa, Comandante da 1ª Companhia Militar do Centro do 1º Batalhão de Cuiabá. (PALMAS)

O SR. MARCELO MOESSA DE SOUZA - Boa tarde, Deputado Elizeu Nascimento, autor da iniciativa desta Audiência Pública; Coronel Darwin, pessoa em nome de quem cumprimento os demais oficiais da Polícia Militar e demais ouvintes.

É difícil não ser redundante, após a fala tão ampla do Coronel Gilcimar, uma pessoa que tem, só de contato direto com a Cia Centro, sete anos, na função de Comandante.

Eu estou nos primeiros meses, em substituição à pessoa dele, na função de Comandante da Cia Centro, e nós estamos buscando dar continuidade ao trabalho de qualidade semelhante; mas, realmente, a região possui um nível de complexidade bastante elevado em diversos fatores, e uma das variáveis que está mais latente, hoje, são os usuários de drogas que estão em situação de rua.

Quando falamos das drogas, nós não podemos ignorar que é um triângulo que se forma. Nós temos quem fornece, quem vende e quem consome, certo? Quem consome a droga não é exclusivamente a população em situação de rua, a população em situação de rua ocupa dois pilares desse daí. Ele vende, ele consome. Alguém fornece para ele vender. Poucos desses entorpecentes são consumidos por ele. E o que nós temos na Região Central, trazendo em números, aproveitando o que foi comentado pelo Coronel Gilcimar... há tempos gostaria de ter acesso a esse trabalho científico, tem muitas informações.

Então, nós temos uma população de aproximadamente 120 mil pessoas, temos moradores da região do centro histórico, segundo o censo, de 15.840 habitantes. Nós temos uns dois ou três meses de lei... um estudo que foi feito mapeamento pelo Coronel Gilcimar, em torno de 150 moradores em situação de rua, dentre eles alguns usuários de drogas e outros contumazes da prática de delitos.

Então, senhores, em números, nós temos 0,11% incomodando 98,9% das demais vidas que passam lá.

Como foi comentado pelo Deputado, existe a Unidade Três, onde pode ser feita a internação compulsória. Eu digo que estão latentes as ações de curto, médio, longo prazo, Deputado, e uma delas, sim, é a internação compulsória de pessoas que estão nessa situação. Essas pessoas não

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

dispõem mais da sua lucidez, eles não têm discernimento do que é certo e errado e não podem responder por eles.

Dias atrás, um comerciante pediu o apoio da Polícia Militar, para poder concretar o seu cavalete de água. Na quarta vez que foi religado, no mesmo dia foi quebrado. E nessa quarta vez, onde o pedreiro tinha acabado de emendar o cano e foi pegar uma colher para poder concretar, que voltou, já estava quebrado de novo! Somente, pasmem, os senhores, somente com a presença da Polícia Militar, tendo que empurrar essas pessoas pra deixar o pedreiro terminar de fazer o trabalho, botar tapume e fazer uma montanha de terra em cima para dar tempo de o concreto secar.

Então, senhores, é latente as iniciativas de curto, médio e longo prazo. De curto prazo, de fato, nós precisamos do afastamento dessas pessoas que estão muito aquém da sua lucidez, desse ambiente. Nós temos 135 mil pessoas sofrendo todos os dias pelas consequências da ausência de lucidez desses adictos. Perdoe-me se eu não estiver usando o termo correto para quem é dependente de algo, no caso a droga, e são pessoas, elas não podem simplesmente, como histórica e costumeiramente o pessoal fala, aquela expressão "batida policial": Vem aquele policial, dando o ataque em todo mundo e botando-os ruas a fora.

Nós temos uma polícia que segue crescente com o perfil, tecnicista e legalista, e está bastante aflorado na região central. Não é novidade para ninguém aqui presenciar viaturas da Polícia Militar na região central. Na verdade, a região central de Cuiabá é onde se tem, de forma abundante, todas as modalidades e policiamento ostensivo geral.

Nesse exato momento, nós temos viaturas quatro rodas, viaturas duas rodas, nós temos policiamento ciclístico e policiamento a pé no centro de Cuiabá. Pode-se dizer onde tem a maior quantidade de policiais militares por habitante em atuação e ainda é onde se tem o maior registro de ocorrências de delitos, de roubo a pessoa.

E uma manhã de final de Carnaval, um comerciante teve à noite comercializando seu espetinho, o material lá e na hora de embora, o carro estragou. Do deslocamento dele, do carro até o ponto de ônibus da Estação de Luz, ele sofreu ataque de quatro moradores de rua. Cercaram-no com o uso da força e tomaram... ele saiu correndo desesperado.

Então ali, realmente, como já foi dito, está sendo a lei do mais forte. Essas pessoas não estão temporariamente em condições de poder responder plenamente por elas.

Dias atrás, um morador de rua passou o dia todo lavando os vidros dos carros e ao término da sua jornada, o outro colega dele, que também estava lavando, pegou uma garrafa de vidro, quebrou o fundo dela no chão e cravou, pelas costas, no pescoço dele. Por minutos o morador de rua não perdeu a sua vida, ali naquele ambiente completamente desfavorável.

Agora o que está latente e é necessário, é o fortalecimento dessas políticas... é dar todo o suporte para essas pessoas que estão nessa situação. Como eu disse, é difícil não ser redundante, mas não tem como eu resolver um problema de gastrite com remédio para dor de cabeça. Então, já está claro. Nós já chegamos, podemos dizer, praticamente, a exaustão da amplitude do trabalho da Polícia Militar com a estrutura que nós temos e ficou claro que não é essa a solução, apenas e tão somente.

Então, quando falamos da variável tráfico de drogas, nós temos uma polícia que trabalha, que atua, até foi comentado recentemente pelo Deputado, sobre uma grande apreensão de entorpecentes, mas, tanto as autoridades que puderem auxiliar, estruturar a polícia para poder fazer o seu trabalho. Nós temos ali policiais que fazem ações de inteligência, trabalho de investigação numa situação só da boa vontade. As equipes de inteligência elas precisam receber uma estruturação maior

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

para poder ter ferramenta para trabalho. Imagine você tendo que limpar um lote inteiro puxando o mato na mão, é bem melhor uma enxada, e se tiver uma roçadeira melhor ainda.

Então, nós temos ali um contingente policial que está bem-disposto, está entusiasmado em fazer o seu trabalho, pode-se dizer que ali na região do centro histórico de Cuiabá, nós temos o melhor material humano da Polícia Militar, servindo e protegendo a comunidade. Mas, está claro que não são apenas e tão somente as ações de Polícia Militar.

Então, quero parabenizar a iniciativa do Deputado Elizeu Nascimento de fazer sua Audiência Pública, eu acredito que na condição de Comandante, e a curto tempo nós vamos tomar conhecimento de providências que vão ser tomadas nas diferentes áreas. O fortalecimento da comunidade terapêutica com seu trabalho, uma disponibilidade ali para as internações voluntárias onde já há um dispositivo legal e se possível, através de emendas, fazer um alinhamento, tanto com o serviço preventivo através do PROERD como já foi dito aqui, mas também, com fortalecimento das ações de inteligência, uma estruturação, uma potencialização da estruturação das equipes de inteligência que atuam na região central.

Existe muita vontade de trabalho, mas nem sempre se tem todas as ferramentas para trabalhar.

Então, podem contar sempre com o trabalho da Companhia Centro para todas as demandas, nós estamos à disposição na Rua Sete de Setembro, nº. 325, logo após ali aquele casarão que dias atrás desabou, Gráfica Pêpe e coloco à disposição a Companhia Centro para qualquer um que quiser fazer uma visita ou precisar do nosso trabalho.

Boa tarde. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Vamos alternar aqui, convidando aqui os inscritos da plateia para que façam o uso também da palavra. Os convidados terão três minutos.

Convido aqui, o Ricardo Simões Palma de Arruda, morador do centro histórico a fazer uso da palavra.

Convido o Sr. Allan Jacson Marques, Diretor da Casa de Recuperação Vidas Iluminadas de Cuiabá.

O SR. ALLAN JACSON MARQUES — Boa tarde, senhores e senhores; telespectadores da TV Assembleia; nobre Deputado Elizeu Nascimento; Tenente; nosso companheiro Alonso, que de longa data tem trabalhado com esse pessoal e que outrora nos ajudou, também.

Aqui eu quero falar a respeito de causa própria, porque é muito fácil vir aqui falar a respeito de pessoas usuárias de drogas nem tendo passado por perto de alguém usa.

O companheiro Alonso falou muito bem! A população, hoje em dia, passa por esses usuários como estivesse passando por cachorros. Eles não são cachorros! Eles são seres humanos que podem, muitas vezes, como disse o Coronel Sales, estar passando por momento de dificuldade familiar e ali se encontram.

Eu tive o prazer de conhecer o Tenente fazendo o trabalho que o Alonso faz.

O Tenente passando no Beco do Candieiro e ele estava fazendo o trabalho que o senhor fazia, Sr. Alonso, sentado ali no Beco e buscando saber de que forma poderia buscar as pessoas que se encontram ali. E eu fui entrevistado por ele.

O que quero dizer aqui? Muitas vezes, estamos falando aqui dos usuários de drogas, mas nos esquecemos de que o que existe, hoje, que não foi falado pela segurança pública ou

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

por aqueles que estão representando a segurança pública aqui é que existe um segundo poder dentro da Capital e do Estado. Ninguém quer falar, mas o Comando Vermelho se encontra na Capital.

O índice de violência que os senhores dizem acontecer no Beco do Candieiro ou no Centro diminuiu bastante, até por ordem desse comando. Porque, hoje, sabemos, e não adianta vir aqui tentar tampar o sol com a peneira, que, hoje, é proibido roubar moto, roubar celular, atacar pessoas no ponto de ônibus. Existe esse poder paralelo que não se pode deixar de ser levado em conta.

Outra situação que eu quero colocar aqui, e aí peço ao pessoal da OAB...

Eu não sei de que forma deveria ser trabalhado isso, mas acho que seria interessante até mesmo se o Deputado puder fazer algo nesse sentido, porque, hoje, vemos que se você leva uma pessoa para uma casa de recuperação, ela passa lá nove meses, ela sai de lá recuperada, mas ela sai de lá sem nenhuma perspectiva de vida. Ela sai de lá sem nenhuma profissão. Ela sai de lá fazendo o quê? Ela sai com o tempo ocioso. E como disse aqui uma pessoa, que, agora, não me lembro de quem, muitos desses estão desempregados. São 13 milhões de desempregados no País todo. E aí essa pessoa vai procurar emprego, mas não acha. Nós, que já fomos usuários de droga, falo por mim, porque já fui usuário, vemos o que acontece. Muitas vezes, você volta a fazer as mesmas coisas. É aquela velha história: velhas companhias, velhos hábitos. Você não encontra amparo no Estado.

Eu quero dar um exemplo muito simples, Deputado: hoje, você coloca uma pessoa em um presídio e ela sai de lá, depois de três anos, apenas, com um alvará. "Ah, mas tem um projeto lá dentro de fazer bola, de fazer bicicleta.". Vamos parar com isso! Para quem? Para 40, 50 detentos?

Já vou encerrar a minha fala!

A pessoa sai de lá sem nenhuma perspectiva de vida e vai voltar a fazer o quê? O que ela fazia antes; o que ela sabe fazer de melhor.

Então, temos que trabalhar a verdade! A população de rua do Beco do Candieiro, do Morro da Luz, excede.

Ali está sendo tratado ali até mesmo com a cracolândia de Cuiabá, comparando a São Paulo, Dr. Alonso.

Então, é necessário que o Estado tome, realmente, providências. E é necessário que não só o Estado como o Município e, principalmente, a Segurança Pública não trate, apenas, como bandido o usuário de droga. Ele, também, é uma pessoa doente. Tenho certeza que muitos que estão ali não querem estar ali naquela situação degradante, tendo que pedir comida para um, para outro.

Quantas vezes eu vi pessoas chegarem ali e comerem resto de marmitex que estava no chão!

Então, não adianta ir lá levar comida todos os dias, porque é necessário ensinar a pessoa a aprender a pescar. Se ficar dando o peixe, como disse o Coronel Sales, você estará fomentando muito mais a droga. Ele sabe que vai ter que correr atrás de dinheiro, apenas, para comprar droga, porque a comida outras pessoas vão levar.

Parabéns, mais uma vez, Deputado, por esta iniciativa de Audiência Pública!

Espero que não fique, apenas, nas palavras que aqui foram ditas, mas que se coloque em prática para que possamos salvar vidas e não somente preocupar com soluções e segurança. Ali há pessoas que necessitam de ajuda e não somente de prisão.

Muito obrigado! (PALMAS)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Essas foram as palavras do Sr. Alan Jackson Marques, Diretor da Casa de Recuperação Vidas Iluminadas.

Sr. Alan Jackson, eu tenho conhecimento, propriamente dito, em relação à questão da dependência química e, também, da dependência de álcool.

Relacionado a esses dois fatores sou conhecedor da causa. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a dependência é reconhecida mundialmente como uma doença incurável, de progressões físicas e, também, espiritual e mental, que leva a dois caminhos: à loucura ou à morte prematura. Então, temos alguns conhecimentos dessa causa e sabemos.

O que nós estamos, muitas vezes, dizendo em relação à criminalidade não é pela questão do usuário em relação à doença da qual ele é portador, mas, sim, a decorrência dessa necessidade do consumo que acaba levando-o a cometer os pequenos furtos, roubos e até homicídio. Então, é a decorrência! Sabemos que há pessoa que sem o consumo de álcool, o consumo da droga é uma pessoa maravilhosa, é uma pessoa da família, mas com esse consumo acaba se transformando e na necessidade do consumo, pela dependência, acaba cometendo delitos. É, mais ou menos, nessa linha que nós defendemos o quê? Defendemos, justamente, não só a prevenção por meio preventivo, mas, também, a situação de remediar, que é o caso das unidades terapêuticas que, inclusive, o senhor aqui representa.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Carlos Albuquerque, comerciante... Ele se encontra? (PAUSA-AUSENTE).

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Valteir Silva, Diretor da Missão Geruel, em Várzea Grande. (PALMAS)

O SR. VALTEIR SILVA - Boa tarde a todos!

Cumprimento os demais senhores com a paz do Senhor.

Amém?

Esse cara que voz fala é o diácono Valteir, da Igreja Palavra de Cristo para o Brasil, dirigente da Desafio Jovem Missão Geruel e, também, Monte Sinai, em Várzea Grande.

Quero parabenizar, primeiramente...

Quero agradecer, primeiramente, a Deus pelo privilégio de estar aqui nesta tarde e parabenizar Vossa Excelência, Deputado Elizeu Nascimento, por quem tenho grande admiração.

Quero louvar o nome do Senhor, que neste ato está tomando frente. Que não venha ficar - como o menino falou aqui -, só em falas. Eu creio que não vai ficar, porque o Senhor colocou a mão nesse assunto e agora ele vai à frente.

Em relação àquilo que o Sr. Alonso falou sobre o CAPS, que tem o cartão, até não é justo falar, "bolsa nóia", que também dificulta muito o nosso trabalho. Por que dificulta muito o nosso trabalho? Porque as pessoas vão lá, passam 30 dias, quando é dia 5, 6, elas saem à rua para fumar os 100, mas, novamente, voltam quebradas.

Então, quero que o Sr. Deputado olhe também para esse lado. Louvado seja Deus! Eu também, Deputado, fui dependente químico, fui traficante, alcoólatra e estive na prostituição também. Hoje, lavado e redimido pelo sangue do Cordeiro, estou dirigindo essas duas comunidades, as quais têm como proprietários o ex-Vereador Antônio Cardoso e, também, o Pastor Nei Valdeck. Estou hoje representando, mas, também, já passei essa dificuldade.

Para nós que fomos dependente químico é fácil tratar dessas pessoas que são discriminadas pelo órgão público, municipal, estadual, federal. E nós, pela fé, Sr. Deputado, estamos fazendo esse trabalho, que foi falado aqui, que é discriminado pelo Governo. O Governo fechou várias clínicas que eram para fazer esse trabalho. Mas nós, graças a Deus, pela fé, estamos fazendo

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

esse trabalho abençoado. Estamos combatendo o bom combate, completando a carreira, mas vamos guardar a fé e vamos vencer.

Isso que Vossa Excelência está fazendo, Deputado, se trabalharmos com união, o Salmo 133 que diz "tão bom e suave os irmãos vivem em união", nós vamos vencer. Não é fácil, é trabalho árduo, é um trabalho longo prazo, mas, creio, vamos vencer.

Então, quero parabenizar Vossa Excelência; quero parabenizar todos os componentes da mesa e os órgãos competentes.

Vamos pela frente, porque juntos somos mais forte e unidos venceremos!

Esse é o jargão, Deputado, que eu fazia quando na campanha de 2018, que eu conheci o seu Partido - tenho um carinho por este Partido - que Deus abençoa Vossa Excelência e a sua família por esse incentivo.

Quero parabenizar a todos nesta tarde! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Agradecemos as palavras do Sr. Valteir Silva, Diretor da Missão Geruel, do Município de Várzea Grande.

Convido, para fazer uso da palavra, a Sr^a Fernanda Borralho, Assessora Parlamentar, neste ato representando o Deputado João Batista (AUSENTE).

Convido o Sr. Gerson Luiz Lindesmayer, Presidente do Conselho de Segurança Regional do Centro e Porto, CONSEG Central, para fazer uso da palavra. (PALMAS)

O SR. GERSON LUIZ LINDESMAYER - Boa tarde a todos!

Deputado Elizeu Nascimento, na sua pessoa gostaria de cumprimentar todos os componentes da mesa e todos os participantes da nossa Audiência Pública.

Eu venho, com pesar, me manifestar aqui como empresário, também Advogado, como o colega membro da mesa, empresário há 20 anos na região central, por uma luta que fazemos todos os dias, Deputado.

Há mais de dois anos já vimos fazendo reuniões com entidades para tentar resolver ou pelo menos encaminhar alguma coisa nesse sentido. Em todas elas cobramos que os atores necessários se fizessem presentes e, infelizmente, temos uma presença falha de grande parte das Secretarias Municipais, que tem responsabilidade direta pelo que vem acontecendo na nossa região.

Nós, após essa problemática, criamos o nosso Conselho Municipal de Segurança que abrange toda a nossa região central, que é o Centro Histórico, centro antigo, a região do Centro-Sul, que é a região da Rua 15 de novembro, e a região do Porto.

Então, todas as regiões que foram citadas no estudo que o Tenente-Coronel Gilcimar fez, nós participamos e temos nessa região a maior concentração de população flutuante, que é uma população estimada em torno de 120 mil pessoas/dia e temos também a maior concentração de moradores em situação de rua que precisam, necessariamente, da ajuda do Poder Público. E o Poder Público se faz ausente sempre, e todas as vezes que cobramos recebemos respostas positivas, mas ações negativas. Não tivemos nenhuma ação. E o que precisamos, já foi dito aqui, são de acões.

Eu, sentado ali, consegui fazer mais ou menos um resumo do que precisamos fazer. Então, o que precisamos fazer agora é montar um diagnóstico e já projetar os trabalhos que terão que ser feitos.

O colega Nestor Fidelis nos trouxe uma notícia fantástica dos projetos que já têm, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar, e eu acho que esses projetos têm que ser apoiados, ampliados, não precisa que eles só funcionem, de repente, no formato que estão, que seria um formato institucional de orientação. Com esses projetos já poderíamos estar fazendo um trabalho

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

social lá nas escolas, como foi bem esclarecido, para que pudéssemos conseguir apanhar as informações desde as famílias dessas pessoas.

Bem dito pelos meus antecessores, todas as vezes que vemos esse pessoal na rua, seres humanos esquecidos, eles são esquecidos pelo Poder Público, na sua totalidade; eles são ignorados pelos seus familiares, porque dão dor de cabeça em casa.

É difícil vir aqui e falar, porque eu não tenho conhecimento de causa familiar ou pessoal, diferente de alguns que já fizeram o seu depoimento aqui, mas vivenciamos aquilo ali do tempo que alguns moradores em situação de rua eram crianças. Eu estou ali há 20 anos e acompanhei o crescimento delas na rua. Vários que estavam na rua, hoje, estão mortos, porque a droga mata e os seus concorrentes também matam. Então, precisamos que o Poder Público intervenha com urgência para que isso não se agrave cada vez mais.

Bem dito pelo Tenente-Coronel Gilcimar e pelo Tenente Moessa, cada dia que se visita o Morro da Luz ou o Beco do Candeeiro, vemos caras novas. Isso tem que trabalhado com mais afinco. Não podemos deixar que isso se agrave cada vez mais. E para isso precisamos cobrar dos atores necessários para que consiga resolver um problema que o Coronel Sales elencou, aqui, que seria o conhecimento do problema.

Os atores necessários para conhecermos o problema são essencialmente municipais, precisaríamos que a Secretaria de Assistência Social fizesse seu trabalho, fazendo um censo desse pessoal, sabendo: quem são, de onde vêm, qual é a família, qual o destino, qual é a formação, se tem ou não tem a intenção de ficar na rua

Em todas as vezes que fizemos visitas ao Morro da Luz, Tenente Coronel Jocimar, fazemos o questionamento e recebemos como resposta da grande maioria de que eles querem sair dessa vida, mas sozinhos não conseguem.

Então, nós que temos a oportunidade de cobrar das entidades públicas, do Poder Público, pedimos que façam o trabalho.

Uma vez, bem lembrado, mais uma vez citando o Coronel Jocimar, porque somos muito amigos e trabalhamos nesse foco há muito tempo, o nosso antigo Governador nos disse uma vez numa reunião na CDL que ele fazia gestão do nosso dinheiro.

Perguntamos: os nossos gestores, tanto estadual, quanto municipal, estão usando o nosso dinheiro de uma forma que a gente aprove?

É isso que temos questionar. Temos que nos manifestar. Não podemos ficar calados, como fazemos.

Eu jamais me calo nas vezes em que tenho oportunidade.

Então, precisa cobrar dos entes municipais e estaduais que façam exatamente seu trabalho.

Meu tempo está esgotado.

Eu gostaria de parabenizar o nosso Deputado Elizeu Nascimento pela iniciativa. Essa iniciativa partiu de uma reunião que fizemos no seu gabinete.

Gostaria de colocar, na pessoa do Nelson, que precisou se ausentar, Deputado, o Nelson pediu para pedir desculpas e colocou a CDL à disposição.

O Roberto Peron colocou o nosso Sindicato e a Federação do Comércio também à disposição para tudo o que precisar, para somar a esse projeto, que eu acho que devemos começar montá-lo de hoje para frente.

Vamos tentar atender todas as necessidades, uma a uma.

Não adianta querer abraçar o mundo porque somos humanos.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

Vamos fazer um trabalho com base, com solidez para que não seja um trabalho que se inicie hoje e amanhã não saibamos quem são os atores fazendo o trabalho deles.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Gostaria de convidar o Sr. Sérgio Barbiere, 68 anos, é Assessor Parlamentar do nosso companheiro Deputado Valmir Moretto. (PALMAS)

O SR. SÉRGIO BARBIERE – Deputado, pelo adiantado da hora, quero colocar três situações.

Vim como Assessor Parlamentar e quero dizer que sou catarinense, fiquei 14 anos morando no interior de Mato Grosso, no interior do interior, do interior, do interior, a 65 quilômetros da cidade de Campos de Júlio, morando em condições bem adversas, mas aprendi a conhecer bem e conheço Mato Grosso, Leste, Oeste, Sul, Sudoeste e conheço situações.

Também, depois de voltar para o Sul, retornei, por opção, para Cuiabá.

Não é que o problema de drogas seja em Cuiabá mas em Curitiba, que é uma das sedes em que eu também resido, também em São Paulo, Rio de Janeiro e tudo mais.

Aqui em Cuiabá tem algumas situações que culturalmente acabam ficando piores.

Por exemplo, foi colocado por um palestrante da questão do lixo.

Cuiabá é uma cidade de um povo simpático e tudo mais, só que não cuida do lixo.

É cultural isso. É muito triste ver.

Moro na região da Beira Rio, entre a UNIC e a Ponte Sérgio Motta, numa região de bares e tudo mais, frequentada por universitários, mas que todo dia de manhã as ruas amanhecem com latinha de cerveja jogada.

Nos tempos atuais não dá. É demais! Eu também caminho pela Beira Rio, na orla, frequento a Orla do Porto e tudo mais e não são só dependentes que estão ali, são pessoas que chegam e simplesmente jogam garrafa pet.

Os órgãos governamentais tem feito a parte deles, cuidar dos esgotos e tudo mais, mas a população ainda tem que melhorar muito.

E para dizer, de verdade, que hoje os palestrantes foram, principalmente a nova polícia militar do Estado de Mato Grosso, eu considero que nos últimos dez anos foi a melhor coisa que aconteceu em Mato Grosso, a nova polícia, a nova mentalidade da polícia militar do Estado de Mato Grosso.

Eles saíram daquilo que tinham um preconceito ou mesmo uma visão de corrupção e tudo mais e se transformaram em novos sociólogos que estão aqui hoje.

Parabéns a vocês!

Eu acho, Deputado, que hoje, apesar do que coloquei da pouquíssima participação, não ter participação dos assistentes sociais do Estado do Estado e dos municípios, valeu a pena.

Saio daqui muito satisfeito sabendo que - falei ao Coronel - se conseguimos fazer com que uma pessoa hoje melhorasse, já valeu a pena.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) - Agradecemos o nosso companheiro Sérgio Barbieri, Assessor Parlamentar do nosso companheiro de Casa, Deputado Valmir Moretto.

Convidamos o último inscrito, a Sr^a Gabriela Bomdespacho, estudante da UFMT, para fazer uso da palavra. (PALMAS)

A SRª GABRIELA BOMDESPACHO - Boa tarde a todos!

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

É uma pena que um assunto tão grave como este tenha atraído poucas pessoas para discutir e tentar achar uma solução para o problema.

Falo como cidadã cuiabana que transita diariamente pela área central de Cuiabá, pois sou estudante da Escola IFMT e tenho presenciado nessas minhas idas e vindas diariamente na região central diversos roubos, roubos de veículos nas imediações da escola, roubos de lojas e, pasmem vocês, até roubos de pneus.

Já tive colegas que foram pegar o carro quando saíram da faculdade e os quatro pneus tinham sumido. O carro estava no chão.

De uma forma errônea, infelizmente, a grande maioria da população pensa assim: "Eu não sou usuário de drogas, meu filho não é usuário de drogas, na minha família não tem nenhum usuário de drogas. Ou seja, eu não tenho problema. Isso não me atinge. Isso não me afeta." E a pessoa lava as mãos.

Mas essa ideia que a maioria da população tem de pensar que "o problema não é meu, então, não vou fazer nada, isso não me interessa", é muito errada.

Por quê?

Essa mesma pessoa que pensa assim: "isso não e me afeta, eu não tenho problema com isso" pode estar tranquilamente no recesso do seu lar, ter sua casa invadida por um usuário de droga que está totalmente transtornado, maluco e, de repente, ter sua filha estuprada, ter sua casa toda revirada, ou até mesmo um ente querido seu morrer por causa daquele usuário de drogas, e ele achava que não tinha nada a ver com isso.

Ou também numa outra situação, essa mesma pessoa pode estar saindo ou chegando à igreja, ou saindo de um evento e ser novamente... Ou ser abordado por um usuário de drogas, ter seu veículo roubado e até mesmo ser morto.

Então, gente, quem está me ouvindo, eu acho que, em minha opinião, esse é um problema de todos nós. Esse é um problema que atinge a todos nós.

Em minha opinião, também, eu acho que a melhor solução é a prevenção, fazer um trabalho preventivo com crianças, com adolescentes, por meio de capacitação e qualificação, porque o jovem da periferia, o pobre jovem, muitas vezes, não tem condições de arrumar um emprego, porque não está capacitado, não está qualificado, e, por isso, as empresas... Ele não consegue arrumar um emprego, não consegue ser adotado por uma empresa, mas o traficante vai adotar ele, porque para você estar envolvido nesse mundo, você não precisa estar capacitado e nem qualificado.

Muito obrigada pela atenção de todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Então, senhoras e senhores, recebendo aqui o comunicado em relação até a ocorrência que nós divulgamos aqui no início, nós temos aqui mais ou menos um histórico já divulgado.

Foi uma ação conjunta do 10º Batalhão com a Força Tática do CR1, desencadeou aí no flagrante de tráfico ilícito de drogas, com 03 conduzidos; e a natureza: tráfico ilícito de drogas e posse de simulacro, ou seja, arma aí... Copiada a arma de fogo.

Materiais apreendidos: 06 barras de substância análoga à maconha, 02 pedaços de substância análoga à maconha, meia barra de cloridrato de cocaína e 01 pacotinho com substância análoga à maconha, 01 sacolinha com pedaços de substância análoga à maconha, 01 simulacro de arma de fogo.

Então, esse aí é o trabalho da Polícia Militar, que está de parabéns, sempre desenvolvendo um grande trabalho, parabéns a todos os policiais militares ali da equipe do 10°

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICIA PARA DEBATER AÇÕES EFICAZES NO COMBATE AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS E SEUS TRANSTORNOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2019, ÀS 15H.

Batalhão e também da equipe da Força Tática aqui do Município de Cuiabá, do CR1, que recentemente foi implantado aqui na Capital.

Senhoras e senhores, nós estamos chegando ao encerramento desta Audiência Pública em que tratamos os temas: uso de drogas ali no Centro Histórico e também os crimes decorrentes desses fatores.

Encerrando a Audiência, agradeço a presença de todos e convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino do Estado de Mato Grosso.

(O HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO É EXECUTADO – PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (ELIZEU NASCIMENTO) – Está encerrada a presente Audiência.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Alessandra Maria Oliveira da Silva
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Patrícia Elena Carvalho;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.